

## “A representação do índio na imprensa brasileira - o caso Payakã”

**Maria José Alfaro Freire**

PPGAS/MN - UFRJ

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a analisar o tratamento dado pela imprensa brasileira à acusação de estupro dirigida ao índio kayapó Paulinho Payakã em junho de 1992. Pretende-se mapear as representações acionadas e os consensos construídos, tanto nas reportagens, quanto no material opinativo. Sugere-se que através da dimensão, tom e retórica das notícias, das suas repetições, ênfases e minimizações, do léxico escolhido, da *framework* de análise dentro da qual são apresentadas e dos fatos que as acompanham e que lhe dão sentido, os jornais fabricaram ‘verdades’ sobre o *crime*, e a partir dele, sobre os kayapó e as populações indígenas no Brasil, orientadas, em última instância para o questionamento dos direitos especiais indígenas.

**Palavras-chave:** imagem - índios - imprensa.

O presente trabalho se insere num campo mais amplo de preocupações relacionado às imagens, nas quais a sociedade brasileira representa as populações indígenas localizadas em território nacional. Entendo que estas representações não são homogêneas nem estanques, mas de natureza fragmentária e contraditória, manifestações explícitas de uma heterogeneidade de fontes e lugares sociais, produto de relações construídas social e historicamente entre as populações indígenas e a sociedade nacional, estando em constante mudança e construção.

A escola, a produção intelectual, a mídia, a literatura, o cinema, o museu, as práticas do Estado, da Igreja, entre outros, constituem “lugares” onde esses modos de conceber “o índio” se constróem e circulam. Ao mesmo tempo em que as relações concretas entre essas instituições e as populações indígenas se dão em meio a um conjunto de representações, sendo por elas determinadas, estas relações concretas também produzem e reiteram outras tantas.

Apesar das constantes transformações dessas representações, é possível perceber no discurso descritivo e narrativo dos cronistas dos sécs. XVI e XVII, nos relatos de viajantes dos séc. XVIII e XIX, na produção literária de autores sobretudo do Romantismo, mas também do Modernismo, alguns elementos que persistem e são operantes até hoje. Assim, por exemplo, observa-se a representação do “índio”, a partir de uma visão genérica ou *supra-étnica* das populações indígenas, que reduz sua diversidade cultural a um conjunto estereotipado e essencializado de traços<sup>1</sup>. Ou ainda, apresenta-se a relação de contigüidade entre as populações indígenas e a natureza, de forma a situá-las na cadeia evolutiva entre os animais e a humanidade.

Para abordar essas questões, optei por tomar um episódio da mídia que permitisse observar as representações do “índio” em operação. Um caso específico a partir do qual fosse possível identificar as imagens do “índio” em jogo e, ao mesmo tempo, mapear como elas são agenciadas nos discursos de diversos setores da sociedade em relação aos seus interesses.

Nesse sentido, devido à visibilidade que alcançou nos - e pelos - meios de comunicação, permanecendo durante cerca de quinze dias nas primeiras páginas dos jornais nacionais e suscitando uma série de discussões, a acusação de estupro dirigida ao índio kayapó Paulinho Payakã, mostrou-se um episódio privilegiado para observar como a imprensa, ao noticiá-la e debatê-la, acionou representações, construindo e reproduzindo discursos sobre o “índio”. Proponho-me, portanto, a observar como se configuraram essas representações na grande imprensa brasileira, identificando as estratégias escolhidas para apresentar as notícias, as linhas de interpretação sugeridas e as representações acionadas sobre as populações indígenas e sobre o universo em torno a elas - entidades de apoio a essas populações - mapeando as principais linhas argumentativas e os consensos que se procurou instaurar no tratamento dispensado à acusação.<sup>2</sup>

### O ‘caso’ Payakã

No dia 7 de junho de 1992, chega às bancas de todo o país a revista semanal *Veja*, trazendo na *acusaçãoacusação*capa, a foto do rosto de Paulinho Payakã, com cocar, seguido do

título a cores: “*O Selvagem*”. A chamada da reportagem aparece em destaque: “*O cacique-símbolo da pureza ecológica, tortura e estupra uma estudante branca, e foge em seguida para sua tribo*”. Como também, a legenda da foto: “*O caiapó Paulinho Paiakan, refugiado no sul do Pará.*”

A reportagem de seis páginas noticia um “*crime hediondo na legislação brasileira: estupro, tortura e tentativa de assassinato*”, cometido por Payakã contra estudante Sílvia Letícia da Luz Ferreira, 18 anos, moradora da cidade de Redenção, sul do Pará. A partir dos depoimentos de Sílvia Letícia e do caseiro da chácara de Payakã, Hélio Lima, “*ouvidos no inquérito preparado pelo delegado José Barbosa de Souza*”, a reportagem traz a seguinte versão dos fatos: no dia 31 de maio de 1992, Payakã convida Sílvia Letícia para um churrasco em sua chácara, a cinco quilômetros de Redenção. No churrasco, todos bebem. Payakã, com a mulher e a filha, oferecem carona de volta a Sílvia. No meio de caminho, Payakã pára o carro, e com sua mulher Irekrã, “*pulam*” para o banco traseiro, “*estuprando e torturando*” Sílvia, na frente da filha do casal. Em seguida, Irekrã passa a mordê-la, arrancando-lhe o bico de um seio. Ao ouvir gritos, o caseiro Lima vai até o local com uma espingarda e encontra Payakã tentando *estrangular* Sílvia Letícia com um arame. A cena do crime se encerra quando o caseiro consegue levar Payakã e Irekrã para casa. Sílvia se apresenta à polícia somente dois dias depois (2/06), com a chegada dos pais que estavam viajando, quando então é formalizada a acusação e aberto o inquérito. Nesse mesmo dia, Payakã, segundo a reportagem, *foge* para a aldeia.

No dia seguinte, os jornais de grande circulação nacional - *JB, OG, FSP, OESP* - passam a noticiar o caso diariamente em suas primeiras páginas até cerca do dia 22 de junho, com pequenas diferenças entre eles<sup>3</sup>. Neste intervalo de quatorze dias, os diários noticiam e debatem, com grande volume de matérias<sup>4</sup>, os desdobramentos legais do caso, com certa uniformidade nas notícias: a acusação, a discussão em torno à imputabilidade de Payakã, a decretação de sua prisão preventiva e, finalmente, a concessão da prisão domiciliar. Um vez configurado o cenário jurídico do caso, com a prisão do acusado, observa-se uma significativa diminuição da regularidade, intensidade e dimensões das reportagens, que se dispersam tematicamente e desaparecem das primeiras páginas dos jornais, reduzindo-se a informações sobre o andamento do processo, geralmente sob a forma de notas. O debate, no entanto, sobrevive por mais alguns semanas nos editoriais e artigos de opinião<sup>5</sup>.

O tratamento que os veículos mencionados dispensaram à acusação - guardadas suas heterogeneidades - pode ser caracterizado como sensacionalista, na medida em que lança mão de elementos sórdidos; parcial e tendencioso - já que uma das partes do conflito, a *vítima*, tem um lugar privilegiado na construção da versão dominante; preconceituoso, na medida em que aciona representações do índio, ancoradas nas qualificações, de um lado, de *violência*, *canibalismo*, *primitivismo*, e de outro, de *riqueza* e *poder*, enquanto *privilégios* ilegítimos. Longe de um jornalismo investigativo, a cobertura da acusação apresentou um investimento deliberado em construir determinadas linhas interpretativas em torno à figura de Payakã, das populações indígenas e de suas relações com a sociedade nacional, acolhendo e acionando essas representações, transformando o julgamento de Payakã em um **julgamento das populações indígenas e seus direitos especiais**.

### O material

O *corpus* central do trabalho está composto de material de imprensa sobre a acusação a Payakã, produzido pelos jornais *O Globo (OG)*, *Jornal do Brasil (JB)*, *Folha de São Paulo (FSP)*, *O Estado de São Paulo (OESP)* e pelas revistas *Veja* e *Istoé*, no período de junho a dezembro de 1992. Foi reunido um total de 217 matérias, incluindo reportagens, artigos, editoriais, entrevistas, cartas, charges e notas (43 matérias do *JB*, 61 da *FSP*, 49 do *OESP*, 45 do *OG*, 9 da *Veja*, 10 da *Isto é*)<sup>6</sup>. A escolha desses veículos de comunicação deu-se devido à sua grande circulação nacional e ao conseqüente peso enquanto formadores de opinião, servindo como fonte para outros meios de comunicação, como por exemplo, rádio e televisão.

Do ponto de vista analítico, o trabalho tem dois planos: as notícias (reportagens) e o material opinativo (editoriais e artigos de opinião). Ainda que apresentem estratégias discursivas diferentes, em ambos podem ser observadas as mesmas linhas consensuais em torno à *riqueza*, *privilégio* e *poder* - como elementos de representação do 'índio' - articulados num discurso argumentativo que, de modo geral, visa mobilizar as opiniões para o questionamento dos direitos especiais indígenas, num processo de *coletivização* do argumento, em que o foco se desloca da acusação a Payakã em direção à relação entre as populações indígenas e a sociedade nacional<sup>7</sup>.

### *As construção dos consensos nas reportagens*

Através da dimensão e disposição das notícias, do seu tom e retórica, das suas repetições, ênfases e minimizações, do léxico escolhido, das semantizações acionadas, da *framework*<sup>8</sup> de análise dentro da qual são apresentadas e dos fatos que as acompanham e que lhe dão sentido, os jornais fabricaram orientações, consensos e ‘verdades’ sobre o *crime*, e a partir dele, sobre os kayapó e as populações indígenas no Brasil.<sup>9</sup>

As reportagens analisadas apresentam um investimento na construção de consensos em torno à **situação privilegiada** de Payakã, dos kayapó e das populações indígenas no Brasil, no que se refere à *riqueza*, à *terra* e à *situação jurídica*. Esse quadro de *privilégio* vai sendo construído, desde *Veja* (10/06), através da ênfase na sua caracterização a partir da quantificação de seus lucros com a exploração dos recursos naturais de suas reservas, assim como no decorrente modo de vida, bens materiais e hábitos de consumo.

Nos jornais, essa tematização pode ser observada pelos títulos de seções e *boxes*, onde se observa uma maior incidência no *OESP* e *OG*: “*Ricos, caiapós possuem carros e até aviões*” (*OG*-8/06); “*Ouro transforma índios em Marajá*” (*OG*-10/06); “*Índio não quer apito, prefere caminhonete*” (*OG*- 14/06); “*Dependência*” (*JB*-14/06); “*Índios se associam a empresa inglesa*” (*OG*-17/06); “*Os marajás da madeira*” (*Veja*-17/06), “*Ingleses continuam negócios*” (*OESP*-24/06); “*Floresta gera milhões de dólares aos índios*” (*OESP*-14/06); “*Nus mas com dinheiro no bolso*” (*OESP*-10/06).

Esse tópico migra para os títulos e chamadas de primeira página dos jornais (com exceção da *FSP*), por exemplo, no domingo 14/06: “*Venda de mogno rendeu aos índios US 4 milhões em 91*”(OG), “*A verdadeira face do capitalismo selvagem*” (OG), “*Índios caiapós dominam a cidade de Redenção*”(OESP), “*Caiapós ricos atraem moças de Redenção*” (JB). Essas reportagens não aportam informações novas sobre a acusação a Payakã, mas especulam sobre o ‘poder’ econômico e prestígio dos kayapó. Esse tópico também é tematizado na

reportagem da *IstoÉ* (1/07), “*Índio gente fina - Os caciques brasileiros que enriqueceram explorando como bons capitalistas, as riquezas de suas reservas*”.

Essa forma de caracterizar Payakã e os kayapó traz no bojo uma contradição com a economia de mercado. O exagero dos lucros e a ‘naturalização’ de práticas, restritas aos grupos de poder econômico, trazem o embrião da crítica desenvolvida mais adiante: o **paradoxo** entre o pressuposto da representação de uma sociedade pré-capitalista e os números astronômicos de produção tipicamente capitalista, encaminhando dois estereótipos extremos e antagônicos.

Por outro lado, a partir de uma concepção da identidade indígena onde operam categorias essencializadoras, questiona-se a legitimidade e a ‘autenticidade’ da identidade indígena de Payakã. Um primeiro diagnóstico é aventado na ‘arena’ da discussão: aculturado completo, com agravantes, já que na sua interação com a sociedade nacional ou branca, Payakã aciona o lado ‘ruim’ da civilização. No outro extremo, como está sendo divulgado pelos próprios jornais, ele usufrui das vantagens que o modelo tutelar lhe oferece por ser índio. Se é índio não pode participar do mercado, se participa do mercado, então não pode ser índio.

Nessa caracterização, há uma representação do mundo invertido. No processo produtivo, a função desses índios, ao contrário de expectativas construídas historicamente, é de exploração da força de trabalho dos brancos. Por outro lado, a imagem de comunidades igualitárias no horizonte mítico entra em conflito com dados do ‘mundo real’, provando a existência de ‘classes sociais’ entre os índios. Outro sub-produto do contato.

Por último, os lucros auferidos, que possibilitam uma vida de ostentação desmedida aos caciques kayapó e aos kayapó em geral, e um uso ‘incorreto’/‘ilegítimo’ de bens da comunidade para fins pessoais, aparecem como produto de uma concessão do Estado a esses índios que têm, portanto, uma situação de vantagem em relação aos *brancos da região*. A acumulação de riqueza e a posse da terra, representam privilégios e fontes de poder frente aos cidadãos não-índios. Assim, a discussão da questão das riquezas, terras e da inimizabilidade das populações indígenas se enquadra dentro de um esforço mais amplo da argumentação de caracterizar a *situação privilegiada* dos índios no Brasil.

Por outro lado, o material aciona uma **imagem negativa** de Payakã e dos kayapó como *violentos, ameaçadores, sedutores e perigosos*, ‘empirizada’/materializada nas reportagens através do *crime hediondo* atribuído a Payakã, das relações cotidianas entre brancos e índios em

Redenção, qualificadas como *conflituosas*, e do procedimento de Payakã e dos kayapó frente à prisão, *resistindo*, *ameaçando* e *exigindo* ‘privilégios’. Nesse sentido, sugiro que os jornais investem na criação da imagem de um **poder paralelo** constituído pelos kayapó, poder esse apoiado por agentes como entidades ecológicas internacionais, antropólogos, indigenistas e, do ponto de vista institucional, por algumas omissões da instância Federal - Funai, que *protege*, *cede* e *recua* frente a esse poder, tanto no caso de Payakã, quanto na questão indígena em geral. As ligações entre as populações indígenas e organizações internacionais, que dariam vida a esse ‘poder paralelo’, são apresentados como uma ameaça aos interesses da ‘nação brasileira’.

Essa imagem de **poder paralelo** dos índios vai delineando-se a partir, primeiro, da *fuga* de Payakã, presente já em *Veja*, da certeza de que não será punido, trazida em suas declarações. Em seguida, a *resistência* de Payakã em se entregar é apresentada como uma *afronta* à ordem, como ilustra a semantização das chamadas de primeira página do dia 12/06: “*Paiakan diz que não se entrega à Justiça*”(JB), “*Paiakan se recusa a depor em inquérito policial*” (OESP), “*Payakan diz que não se entregará à justiça*” (FSP), “*Payakan afirma que não vai se entregar*”(OG). A demonstração de força dos kayapó é noticiada no dia 17/06: “*Grande Conselho: Paiakan só vai depor se não for preso*”(OG), “*Caiapós tomam três mil brancos como reféns*”(JB). “*Caiapós se armam para evitar invasão da PF*”(FSP), “*Caiapós se armam e fazem três mil reféns*”.

Se por um lado, retomam-se episódios do convívio cotidiano entre *brancos* e *índios* em Redenção, destacando o *medo*, a *violência*, a *hostilidade*, testemunhadas tanto por moradores quanto pela promotora e pelo juiz encarregados do caso, por outro, esses traços são retomados a partir do *clima tenso* de Redenção, provocado pelas *ameaças* dos kayapó em reagir à decretação da prisão preventiva de Payakã (*arrastão* e *reféns*) e pelas *exigências* dos *conselhos de caciques*. Nesse sentido, a cidade de Redenção pode ser pensada como um cenário concreto onde, partindo da acusação dirigida a Payakã, se discute o modelo de interação entre índios e não-índios de forma mais geral. Assim, a caracterização do *clima tenso* da cidade se dá tanto através de episódios de resistência e *represália* dos kayapó à prisão de Payakã, quanto na retomada de alguns eventos do passado que ilustram e dão sentido à *agressividade* e *violência* desses índios.

As reportagens caracterizam, em seções e *boxes*, a interação entre os kayapó e os moradores de Redenção como *difíceis*, marcada pela *ameaça* e pela *violência*: “*Cidade de Redenção está em pé de guerra*” (OESP -10/06), “*Não estamos pensando em guerra*” (OESP-11/06), “*Caiapós recebem jornalistas em clima hostil e cacique proíbe novas entrevistas*” (OESP-12/06), “*Caciques vão fazer conselho tribal*”(OESP, 14/06), “*Caciques exigem que prisão seja revogada*”(OESP-17/06). “*Promotora teme invasão dos índios*”(OG- 8/06). “*Redenção protesta contra chefe Caiapó*” (OG-11/06), “*Juiz temia um conflito entre brancos e índios em Redenção*”(OG-18/06), “*Ataque à Redenção nunca foi cogitado*” (OG-19/06), “*No desembarque, grande confusão*”(OG-19/06), “*Índios matam madeireiro a flechadas*” (OG-9/07), “*Manifestação pede justiça*” (JB-11/06), “*O hábito de lidar com os índios*” (JB-16/06); “*Conflitos na convivência com brancos*” (JB-14/06). “*Classe média mostra medo e relata violência*”(OESP-14/06). Também aqui observa-se maior incidência nos jornais *OG* e *OESP*.

Ao mesmo tempo em que essas linhas consensuais ganham força significativa, é possível observar no mesmo material, ‘dados’ dispersos, minimizados, que não ganharam espaço nem força na constituição da notícia. Dados, por exemplo, sobre a agressão de Irekrã, qualificada pelos jornais como *canibalismo*, assim como sobre a *tentativa de homicídio* são desmentidos nesses espaços marginais. Nesse sentido, um único *box* do *JB* traz “*Legistas desmentem atrocidades*”(14/06), assinalando detalhes inverossímeis da versão dominante. Num outro plano, os jornais oferecem ‘dados’, também de forma marginal, sobre a complexa rede de interesses locais em jogo, que poderiam dar indícios da forma pela qual a acusação foi apropriada por uma luta política local de Redenção. A esses dados marginalizados não lhes foi atribuído nenhum peso na coerência das notícias e, no entanto, poderiam apresentar elementos para estabelecer relações de causalidade e dar inteligibilidade aos ‘fatos’.

Os dados trazidos pelos jornais para contextualizar os personagens e situar o leitor - sobre Payakã, os kayapó, suas relações em Redenção, suas atividades comerciais e hábitos de vida - adquirem peso significativo na construção de sentidos da notícia, já que tratam de uma ‘realidade’ pouco compartilhada pelo leitor. Assim, num contexto escasso de fontes alternativas de informações das populações indígenas, que possam servir de contraponto e



relativização na construção e veiculação de representações sobre o “índio”, a imprensa se constitui praticamente na única fonte de conhecimento dessas populações.

### **A construção dos consensos no material opinativo**

A parte opinativa do material se constrói em diálogo com as reportagens, tomando como pressupostos os consensos que nelas circulam. Ao retomar os ‘fatos’ para discuti-los, esse material, referenda seu caráter de verdade, assimilando sua retórica, semantização e qualificação, tais como o *estupro*, *tortura e tentativa de assassinato*, a situação econômica *privilegiada* dos kayapó, assim como as atitudes de *afronta e resistência* de Payakã e dos kayapó à Justiça e à Lei. Os debates explicitam as orientações contidas nas reportagens, isto é, o ‘não-dito’ das reportagens aparece, no material opinativo, sob a forma de intervenções explícitas e dirigidas que, através de uma organização argumentativa, constroem um discurso explicativo, com reflexões valorativas sobre os agentes envolvidos, tecendo conclusões, sob a forma de advertências e recomendações pragmáticas, apresentando, assim, um caráter político (Van Djick, 1997).

Observa-se nesse material a tendência dominante de *coletivização* do debate, através da qual o tópico de discussão flutua entre a acusação a Payakã e a situação das populações indígenas no Brasil, pondo em foco a relação entre essas populações e o Estado Brasileiro. O material aciona um conjunto de questões e representações que independem e precedem à acusação dirigida a Payakã, mas que, a partir dela, adquirem força e sentido. Sugiro que é precisamente nesse movimento de *coletivização* que são mobilizadas as opiniões para um questionamento dos direitos especiais indígenas, no qual a acusação - com toda sua carga semântica e valorativa, e a *framework* - apresentada pelas reportagens, é usada como uma espécie de “suporte empírico” para fundamentar as considerações levantadas. Por outro lado, o ‘caso Payakã’ é encampado pela retórica de uma cruzada contra a *imoralidade e impunidade*, observando-se uma permeabilização do caso Collor/PC Farias, noticiado pelos jornais da época.

Os jornais apresentam diferentes investimentos - quantitativo e qualitativo - no debate da acusação a Payakã. Os títulos dos editoriais permitem visualizar os encaminhamentos dispensados à acusação. Destacando a posição de poder de Payakã, o paradoxo entre sua condição indígena e suas práticas comerciais se materializa em: “*Cacique da economia global*”

(OESP-15/06). Uma postura crítica sobre os privilégios implicados nessa condição são explicitados em: “*O índio ser superior*” (OESP-9/06) e “*Privilegiados habitantes*” (OESP-16/06). A discussão sobre a relação entre a legislação brasileira e as populações indígenas é pontuada em: “*Payakã e a Justiça*” (FSP-13/06) e em “*Inimputável impune*” (OG-23/06). Na mesma linha, mas apontando para uma crítica ao papel fraco da Justiça em relação à pressão das populações indígenas: “*Ceda a toga às flechas*” (OESP-19/06). Numa outra direção, tematiza-se negativamente a figura pública de Payakã: “*Ovelhas Negras*” (JB-21/06) e “*O Mau Selvagem*” (JB-10/06), sendo retomada, neste último, a linha de semantização de *Veja*.

A argumentação dos editoriais se encaminha no sentido de transformar a acusação de estupro a Payakã numa acusação às populações indígenas pela *riqueza e poder* que as caracterizaria, concedidas por uma estrutura institucional anacrônica e ‘anti-nacional’. Este ponto parece revelador de uma representação mais geral a respeito das populações indígenas, que exclui *riqueza e poder* enquanto traços definidores dessas populações.

Da mesma forma, os artigos de opinião propõem teses, fazem considerações valorativas e constroem argumentações políticas sobre os ‘fatos’ referentes à acusação dirigida a Payakã. Diferentemente dos editoriais, no entanto, a autoria nos artigos é constitutiva da significação. Esse componente da matéria se configura numa importante variável, já que se apresenta como um elemento legitimador do discurso opinativo, ao mesmo tempo em que permite observar as ‘vozes’ ou setores da sociedade trazidos pelos jornais para o debate. Nesse sentido, chama atenção o pouco ou quase nenhum espaço oferecido pelos jornais a ecologistas e antropólogos, ambas figuras genéricas que foram representadas, ao longo do debate, como co-responsáveis pelos ‘crimes’ imputados às sociedades indígenas. Dos 21 artigos, apenas um é de autoria de uma antropóloga, publicado pela *FSP* em 16/07, quando já se reduzira o debate e o investimento jornalístico sobre a acusação.

O espaço maior é dado a escritores e jornalistas, registrando-se ainda dois artigos de políticos - a deputada federal Sandra Starling (JB), também presidente da CPI da Câmara que investiga a violência contra a mulher e José Sarney (FSP). Pessoas ligadas à arena jurídica, como professor universitário de Direito Penal (JB), um jurista (OESP), dois articulistas especializados na questão legal (FSP) e uma promotora, membro do Conselho Estadual da Condição Feminina (OESP) compõem o quadro que permite inferir os campos em que se configura o debate.

Os títulos orientam as principais linhas argumentativas da discussão instaurada nos artigos: a crítica a uma visão idealista do “índio” aparece em “*Paiacã e o mito do bom selvagem*”(OESP), “*O mito do índio*”(OESP) e “*Nem os índios escapam*” (FSP). No mesmo sentido, “*Decepção ecológica*” (OESP) remete criticamente às expectativas rompidas, criadas sobre a conduta de Payakã pelo movimento ecológico. O debate em torno às questões jurídicas que a acusação levanta estão em “*O índio e o código penal*”(JB) e “*Índio pode ser condenado por crime hediondo*” (FSP). A crítica à *coletivização* da acusação aparece pela primeira vez em “*O julgamento dos índios*”(JB) e “*Justiça para Paiakã e Justiça para os índios*”(FSP). Finalmente, os títulos “*PC, Collor e o estupro*”(FSP), “*Collor, Paulinho e Paulo*” (FSP) ilustram como a acusação a Payakã é encampada por um debate maior que trata da “onda de imoralidade, corrupção e impunidade que assola o país”, dialogando com o contexto político nacional da época.

Os jornais pesquisados apresentam algumas linhas de argumentação convergentes. A mais importante se refere à falta de questionamento da qualificação do *crime* ou, ainda, à falta de relativização da cobertura da imprensa. Todos partem do pressuposto da *culpa* de Payakã nos termos da reportagem da *Veja*, mesmo diante da existência de pistas alternativas que não foram exploradas. Outro consenso gira em torno à *impunidade*, linha argumentativa que aciona a acusação para articular considerações genéricas sobre ‘a impunidade que assola o país’, o que acaba por moralizar o debate.

A linha explicativa dominante nos editoriais desloca o foco da acusação: já não se trata apenas de uma acusação de estupro, mas de *riqueza e poder*, ambas acionadas como uma espécie de ‘antídoto’ ou contra-argumento para refutar a histórica representação dos índios como ‘dominados, fracos e desprotegidos’. Esse movimento acusatório atinge também as entidades de apoio às populações indígenas, tanto as instâncias formais de assistência ao índio, quanto as da sociedade civil, questionando a legitimidade e idoneidade desse apoio.

Portanto, se na parte informativa, a versão do *estupro* toma - como sujeito central do investimento jornalístico - Payakã, sua *selvageria e resistência*; se nas negociações que envolvem sua prisão, o foco das reportagens está nos kayapó, em sua *violência, ameaças e advertências*; no espaço dos debates, observa-se a tendência dominante a tematizar, a partir da acusação, as populações indígenas em geral, ou ainda, a relação destas com o Estado Brasileiro.

Assim, o conjunto do material pesquisado operou um movimento dominante de *coletivização* da discussão, levantando, a partir da acusação, um conjunto mais amplo de questões a respeito das relações entre as populações indígenas e a sociedade nacional. A acusação de estupro dirigida a Payakã foi encampada por discussões sobre o sistema tutelar, as reservas, a identidade indígena e, de um modo geral, sobre a política indigenista brasileira, discussões estas que independem e precedem a acusação, mas que, a partir dela, adquiriram força e sentido.

O que parece estar em jogo é um debate político sobre o julgamento dos direitos especiais e coletivos das populações indígenas, quando são questionados os modelos de interação que permitem aos índios um relativo poder econômico e um *status* no contato com a sociedade nacional, seja acionando ‘argumentos’ que dizem respeito à caracterização dos índios como *bárbaros* e *selvagens* e, portanto, destituídos de legitimidade para direitos, seja reconhecendo os direitos, mas esvaziando o sujeito desses direitos, isto é, negando a identidade indígena àqueles que se deixaram “corromper pelo contato”.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Nesse sentido, Roberto Cardoso de Oliveira chama a atenção para o modo unívoco com que a sociedade nacional concebe as populações indígenas, não percebendo as diferenças culturais que as caracterizam, mas apenas diferentes estágios de contato. “*Toda a política indigenista, sua legislação e sua prática comprovam esse reducionismo das etnias numa única categoria abstrata denominada ‘índio’. Esse índio genérico, inventado pelo ‘civilizado’ constitui o alvo da política indigenista.*” (1972:12).

<sup>2</sup> Trabalhar com material de imprensa implica concebê-la, não como mero *locus* de observação dessas representações, onde as vozes da sociedade se fazem presentes, mas como mais um agente produtor dessas representações. Isto é, faz-se necessário pensar a imprensa não como um mediador de vozes, mas como uma voz ativa.

<sup>3</sup> A acusação está nas primeiras páginas dos jornais nos seguintes períodos: no *JB* de 7 a 22/06, exceto nos dias 13 e 21/06; no *OG* de 7 a 20/06, portanto, 14 dias consecutivos; no *OESP* de 8 a 22/06, exceto nos dias 13 e 21/06; na *FSP* de 8 a 23/06 com exceção do intervalo que vai do dia 12 ao 16/06.

<sup>4</sup> O período entre 7 e 22 de junho representa cerca de 50% das reportagens coletadas (junho a dezembro de 1992): o *G* publica 25 matérias de um total de 45, o *JB* 29 de 43, o *ESP* 25 de 49, a *FSP* 34 de 61, *Istoé* e *Veja*, checar.

---

<sup>5</sup> A acusação irrompe no momento em que ocorre a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), de 3 a 14 de junho, que reuniu no Rio de Janeiro delegados da ONU, chefes de Estado, além de representantes de ONGs e lideranças indígenas mundiais, com o conseqüente aparato jornalístico para a cobertura de um evento desse porte.

<sup>6</sup> A notícia da acusação à Payakã foi pela primeira vez divulgada no jornal do Estado do Pará *O Liberal*. Por dificuldades de acesso a esse jornal, optei por não incluí-lo no *corpus* central. Ainda que tenha reunido algumas matérias, eles não conformam uma cobertura minuciosa como a que foi feita em relação aos outros jornais.

<sup>7</sup> Boltanski, Luc et alii (1984). Ao analisar um conjunto de cartas de leitores - denúncias - enviadas ao jornal francês *Le Monde*, no período de 1979 a 1981, os autores sugerem que a eficácia das denúncias, ou sua avaliação como pertencendo a padrões de *normalidade* pelos jornalistas que as selecionam para publicação está associada a um conjunto de recursos de *coletivização* ou *desingularização* da causa, por parte de quem as escreve. Essas seriam estratégias que estabelecem conexões entre casos particulares e causas coletivas, que transformam um conflito individual e cotidiano num conflito coletivo, vinculado a uma causa socialmente constituída e reconhecida.

<sup>8</sup> Uso a idéia de *framework* como o marco informativo dentro do qual a notícia é apresentada.

<sup>9</sup> Chomsky, Noam & Herman, Edward. “*Manufacturing Consent - The political economy of the mass media*. New York, Pantheon Books, 1988”. Postulando a não neutralidade dos meios de comunicação, os autores afirmam que as *escolhas, ênfases e omissões* da mídia só podem ser entendidas se contextualizadas em relação aos *interesses especiais* que dominam o estado e a atividade privada: “*Nossa hipótese é que worthy victims são retratadas proeminente e dramaticamente, são humanizadas e sua vitimização recebe o detalhe e o contexto na construção da estória, que gera interesse e emoção simpática no leitor. Em oposição, unworthy victims merecem apenas poucos detalhes, humanização mínima e pequena contextualização, que provoca e enfurece o leitor...*”(35). Nesse sentido, vale a pena chamar a atenção para agenda política que cerca a acusação à Payakã (Novaes, 1992): i) em 1989, ocorre o primeiro encontro das nações indígenas do Xingu em Altamira, do qual Payakã é um dos principais organizadores, cujo objetivo era denunciar os prejuízos que a construção das hidrelétricas de Cararaô e Babaquara, promovida pela Eletronorte, trariam às populações indígenas da região. Esse encontro tem ampla repercussão e, como observa Novaes “*colocou frente à frente dois grupos inimigos: por um lado os índios, apoiados pela mídia internacional, pelo PT, setores da Igreja Católica e movimentos ecológicos. De outro lado, a Eletronorte, o setor financeiro do país, a UDR, a Associação Comercial, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e o prefeito de Altamira.*” (1992:9); ii) Payakã, juntamente com o etnobiólogo Darrell Posey, estavam sendo processados na Justiça Federal por “interferir em assuntos nacionais” ao denunciar a construção dessas hidrelétricas no exterior; iii) está em curso na época a demarcação da Reserva Mekragnoti, sul do Pará, contestada juridicamente pelo então governador do Estado, Jáder Barbalho; iv) em 1991, a aldeia A’Ukre, na figura de Payakã, fecha acordo com a empresa de cosméticos inglesa

---

Body Shop para o fornecimento de óleo de castanha-do-pará; v) tramita no Congresso Nacional o novo Estatuto do Índio, cujo relatório está previsto para agosto de 92.

Nesse sentido, é possível pensar a acusação dirigida a Payakã, como um evento 'útil' para naquele momento colocar em questão os direitos especiais indígenas, solapar as entidades de apoio às populações indígenas e desmoralizar a figura pública de Payakã.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOLTANSKI, Luc. *La Dénonciation*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. 51.mars. 1984.

CHOMSKY, Noam & HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent - The political economy of the mass media**. New York, Pantheon Books,1988.

NOVAES, Silvia C. *Quem está sendo levado ao banco dos réus junto com Paiakan?* Boletim da ABA, n.12, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sociologia do Brasil Indígena**. Tempo Brasileiro, 1972.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Muita terra pra pouco índio? Uma introdução do preconceito*. In: **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus**/ Aracy Lopes da Silva et al. (org). Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.  
 \_\_\_\_\_ . **Os poderes e as terras dos índios**. Rio de Janeiro, PPGAS, 1989.

RAMOS, Alcida. **Indigenism - ethnic politics in Brazil**. London, Wisconsin, 1998.

SANTILLI, Márcio. **Os Canibais. Povos Indígenas do Brasil: 1991-1995**. Carlos Alberto Ricardo ed. São Paulo, ISA, 1996.

TURNER, Terence. *Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó*. In: **Amazônia : etnologia e história indígena**/ E. Viveiros de Castro & Cunha, Manuel Carneiro (org.). São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, FAPESP, 1993.

VAN DIJK, Teun. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona, Ed. Paidós, 1997.